



COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA

Registro de Encaminhamentos e Temas – RET da 19ª Reunião

Sede do BNDES – Rio de Janeiro – RJ

21 de dezembro de 2015 – 9h30 às 13h

PAUTA

- 9h30min** Abertura: Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani
Diretor do BNDES, Henrique Paim
- 10h** Aprovação do Registro de Encaminhamentos e Temas (RET) da 18ª Reunião
- 10h30min** **Tema de Pauta 1:**
Andamento e encaminhamentos das Comissões (Cerrado, Sul-Sul, Municípios e Setor Privado)
- 11h30min** **Apresentação de Informes:**
1. Relato e encaminhamentos da COP21
 2. Criação da Comissão Nacional e estabelecimento da Estratégia Nacional de REDD+ (Decreto nº 8.576/2015 e Portaria MMA nº 370/2015)
 3. Ministério do Meio Ambiente: assuntos gerais
- 13h** **Encerramento**



Foi distribuída aos participantes uma pasta contendo o seguinte material de apoio:

Material de Apoio

- 1** Agenda da Reunião
RET da 18ª Reunião

Tema de Pauta 1

- 2** Andamento e encaminhamentos das Comissões (Cerrado, Sul-Sul, Municípios e Setor Privado)
- Página de Instrução

Informes

- 3**
1. Relato e encaminhamentos da COP 21
 2. Criação da Comissão Nacional e estabelecimento da Estratégia Nacional de REDD+ (Decreto nº 8.576/2015 e Portaria MMA nº 370/2015)
 3. Ministério do Meio Ambiente: assuntos gerais

Decreto nº 6.527/2008

Diretrizes e Critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e focos de atuação para o biênio 2015 e 2016



Abertura dos trabalhos

A reunião foi iniciada com as saudações e boas vindas aos presentes pelo Secretário-Executivo do MMA, Francisco Gaetani, que informou que o Diretor da Área de Meio Ambiente do BNDES, Henrique Paim, iria chegar em seguida para a reunião. Destacou a importância da realização dessa reunião, de forma não só a manter o calendário de reuniões ordinárias como também possibilitar os informes sobre a 21ª Conferência do Clima, ocorrida em Paris, que são pertinentes ao processo decisório dos membros do COFA.

1. Discussão e aprovação do RET da 18ª Reunião do COFA

Francisco Gaetani (MMA) indagou aos membros do COFA se haveria alguma proposta de ajuste ou de aprimoramento na redação do RET da 18ª reunião desse Comitê. Como não houve nenhuma proposta de modificação, foi aprovado por unanimidade o RET da 18ª reunião do COFA.

2. Andamento e encaminhamentos das Comissões (Cerrado, Sul-Sul, Municípios e Setor Privado)

Em seguida, Francisco Gaetani (MMA) encaminhou o principal item da pauta, a discussão do andamento e encaminhamentos das Comissões (Cerrado, Sul-Sul, Municípios e Setor Privado). Passou então a palavra para o Superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES, Gabriel Visconti.

Gabriel Visconti (BNDES) informou que a Comissão Municípios, cuja coordenação foi atribuída ao BNDES, está avaliando se é mais indicado estabelecer como beneficiário dos recursos do Fundo Amazônia: 1) consórcios de municípios; 2) municípios; ou 3) ambos os casos.

Gabriel Visconti (BNDES) afirmou que há opiniões distintas dentro dessa comissão, se por um lado os consórcios municipais podem viabilizar projetos mais estruturantes; por outro, sua estrutura legal poderia vir a dificultar a execução dos projetos. Portanto, haveria ganhos e perdas na adoção desse tipo de estrutura. Mencionou que o Fundo Amazônia já aprovou projetos diretamente com municípios, com bons índices de execução, embora com valores médios modestos, contrariando a estratégia definida pelo COFA de se buscar projetos com maior escala.

Mencionou que também está em debate no âmbito da Comissão Municípios o tipo de projeto a ser apoiado, se, por exemplo, o apoio deverá ser restrito à restauração florestal, o que estaria alinhado à pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (intended Nationally Determined Contribution– iNDC) assumida pelo Brasil, de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030.



Francisco Gaetani (MMA) solicitou que Gabriel Visconti (BNDES) detalhasse o argumento contrário à contratação com consórcios municipais pelo Fundo Amazônia.

Gabriel Visconti (BNDES) argumentou que a experiência pretérita do BNDES em trabalhar com consórcios municipais teve resultados nem sempre exitosos, a despeito de casos bem sucedidos, informando que operações com municípios individuais tiveram em geral melhor desempenho.

Francisco Gaetani (MMA) comentou que os consórcios de municípios foram exitosos no âmbito dos planos estaduais e municipais de saneamento básico do estado do Amazonas,. Ponderou, ainda, que embora o consórcio de municípios seja objeto de legislação mais recente, de maior complexidade, seria interessante que o Fundo Amazônia incentivasse o apoio por meio desse mecanismo.

Gabriel Visconti (BNDES) afirmou que a Comissão Municípios pretende trazer uma proposta mais detalhada para a apreciação do COFA na sua próxima reunião e que será acatada a decisão desse Comitê de priorizar – ou não – as operações por meio de consórcios de municípios.

Carlos Edegard de Deus (AC) lembrou que no caso do Acre os municípios têm extensões relativamente menores e, portanto, em especial para o caso de projetos de restauração florestal, seria mais interessante operar com consórcios municipais. Citou o exemplo da bacia do Rio Acre, com cinco municípios, e já com um consórcio constituído, assim como o comitê de bacia, o que facilitaria muito a implantação de projetos.

Antônio Stroski (AM) cumprimentou a todos e lembrou que no caso do Amazonas, há municípios muito extensos. Ponderou, ainda, que o modelo de consórcios pode mitigar o problema da eventual pouca disponibilidade de quadros técnicos em alguns desses municípios.

João Bosco Campos dos Santos (FBOMS) concordou que seria interessante a proposta de atuação por meio de consórcios, principalmente pela questão da territorialidade. Ressaltou ainda haver consórcios com bons exemplos de trabalho em todo o Brasil.

Mário Augusto de Campos Cardoso (CNI) afirmou ser recomendável a possibilidade de operar também com municípios individuais, em especial no tocante a projetos de restauração florestal, lembrando o exemplo de municípios no estado do Pará com extensão equivalente a alguns estados brasileiros. Por outro lado, destacou que seria importante aproveitar as experiências que o próprio Ministério do Meio Ambiente já tem no trabalho com consórcios municipais, ainda que não formalizados como tais, mas como comitês de bacias. Por fim, lembrou que em 2016 ocorrerão eleições municipais, o que pode acarretar problemas de execução dos projetos, nos casos de modificação de gestão nos Municípios.



Marcelo de Araújo Costa Coelho (MA) informou que o Maranhão já trabalha por meio de consórcios municipais, no tema da gestão de resíduos sólidos, havendo consórcios integrados por municípios dos estados do Maranhão e do Pará. Opinou que a estrutura de consórcio é importante para desenvolver o trabalho com mais segurança e com resultados melhores.

Antônio Stroski (AM) referiu-se à questão do processo eleitoral em 2016, mencionado por Mário Augusto de Campos Cardoso (CNI), ressaltando que a estrutura de consórcio mitiga o problema, sendo um ente que transita dentro dos Municípios consorciados.

João Bosco Campos dos Santos (FBOMS) afirmou que legalmente os consórcios são autarquias municipais.

Francisco Gaetani (MMA) sugeriu que a Comissão buscasse encontrar uma proposta que priorizasse a operação por meio de consórcios, sem, entretanto vedar a contratação com municípios individuais, dado que, como mencionado por Mário Augusto de Campos Cardoso (CNI), há municípios na região amazônica do tamanho de países.

Ressaltou não acreditar que novos consórcios sejam criados com o objetivo único da submissão de projetos ao Fundo Amazônia, mas que seria importante fortalecer os consórcios já existentes e em funcionamento. Afirmou que seria importante que a Comissão apresentasse na próxima reunião do COFA as temáticas de projetos a serem priorizadas, como, por exemplo, a restauração florestal, mencionada por Gabriel Visconti (BNDES).

Decisões e encaminhamentos

A Comissão Municípios elaborará proposta para apreciação do COFA detalhando tema(s) e beneficiários (consórcios municipais, municípios individuais ou ambos os casos) a serem apoiados.

Na sequência, Gabriel Visconti (BNDES) solicitou que Daniela Baccas, Gerente Executiva Jurídica da Área de Meio Ambiente do BNDES, fizesse o relato sobre a Comissão Sul-Sul.

Daniela Baccas (BNDES) informou que a Comissão Sul-Sul não chegou a se reunir formalmente, mas que foram realizadas conversas incluindo o Itamaraty e representantes da Noruega, principal doador do Fundo Amazônia. Nessas conversas foi esclarecido que a atribuição do assunto cooperação internacional é do



Ministério das Relações Exteriores, mais exatamente da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Assim, o entendimento preliminar é de que o encaminhamento mais indicado seria o da alteração no Decreto nº 6.527, que criou o Fundo Amazônia, explicitando que a operacionalização dessa cooperação fosse feita diretamente pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da agência Brasileira de Cooperação. Daniela Baccas (BNDES) finalizou ressaltando ser esse entendimento ainda não definitivo.

Gabriel Visconti (BNDES) complementou informando que as atribuições do BNDES, na qualidade de gestor do Fundo Amazônia, são muito distintas daquelas da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Mencionou também que os entendimentos no encaminhamento do projeto com a FAO (Food and Agriculture Organization) tem sido complexos, demandando tempo excessivo. Assim, a utilização da estrutura já existente da ABC aliada à sua *expertise* em cooperação internacional poderia trazer maior agilidade ao processo. Ressaltou, entretanto, que, conforme previsto no Decreto nº 6.527, essa cooperação se limitaria a países com florestas tropicais.

Continuando, Gabriel Visconti (BNDES) informou que, em contatos preliminares, os representantes noruegueses também se mostraram positivamente interessados em avançar nessa estrutura. Também mencionou que os primeiros contatos com a ABC também foram positivos. Ressaltou que essa é uma negociação complexa, e que não há a expectativa de que seja concluída até a próxima reunião do COFA.

Gabriel Visconti (BNDES) lembrou que até agora o Fundo Amazônia tem apenas um projeto de apoio internacional, cujo beneficiário é a Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA), mas que a contratação desse projeto foi facilitada devido ao fato da OTCA ter sede em Brasília. Por isso, continuou, é importante explorar um caminho alternativo que envolveria uma eventual alteração no Decreto nº 6.527/2008, com a previsão de que a ABC recebesse recursos para fazer a cooperação Sul-Sul.

Francisco Gaetani (MMA) ressaltou que o tema da cooperação Sul-Sul está inserido no contexto da recente negociação com a Noruega e a Alemanha em relação à continuidade do apoio ao Fundo Amazônia e do aprofundamento das suas ações, assim como os temas Bioma Cerrado e atuação com o setor privado. Portanto, é essencial dar uma solução adequada para a cooperação Sul-Sul.

Francisco Gaetani (MMA) mencionou ainda que embora a ABC tenha a competência mencionada por Gabriel Visconti (BNDES), na prática são os Ministérios finalísticos (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação etc) que fazem diretamente a cooperação Sul-Sul, mas com a interveniência da ABC. A iniciativa em geral não parte da ABC, pois essa não tem um grande quadro de pessoal.

Assim, afirmou Francisco Gaetani (MMA), nada impede que o BNDES procure estabelecer diretamente relações com os organismos que trabalham na cooperação



técnica internacional, como já fazem diversas instituições representadas no COFA, sempre com a interveniência, conhecimento e supervisão da ABC.

Gabriel Lui (MMA) iniciou relato sobre as demais Comissões instituídas pelo COFA, Cerrado e Setor Privado. Com relação à Comissão Cerrado, mencionou que ocorreram três reuniões, uma no Rio de Janeiro e duas em Brasília. Mencionou que essa comissão tem representantes do MMA, do BNDES, do MAPA, dos Estados do Mato Grosso e Tocantins, COIAB, FBOMS e CONTAG. Disse ainda que o MMA preparou um documento orientador com questões para serem debatidas nessas reuniões, com uma abordagem de prioridades a partir do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PP Cerrado).

Informou que houve consenso na Comissão sobre a expansão do apoio do Fundo Amazônia ao cerrado dentro da Amazônia legal brasileira. Comentou ainda que ocorreram discussões sobre a inclusão de outros territórios a serem apoiados por meio de sua priorização nos focos bianuais de apoio do Fundo Amazônia, definidos pelo COFA, como por exemplo, a região de MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), embora sem que houvesse consenso.

Gabriel Lui (MMA) acrescentou que, com relação às temáticas de apoio ao Bioma Cerrado, a questão do monitoramento foi identificada como um gargalo, mas sublinhou que este tema já está sendo abordado, tanto em iniciativas do MMA, quanto em projeto apresentado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) ao Fundo Amazônia. Outros temas também levantados pelos estados no âmbito da Comissão Cerrado foram o manejo florestal sustentável, o Cadastro Ambiental Rural (que já tem sido priorizado) e o fomento às atividades de produção sustentável.

Em relação à Comissão do Setor Privado, Gabriel Lui (MMA) informou haver ocorrido uma primeira reunião exploratória, em que foram tratados assuntos como a questão do financiamento conjunto da iniciativa privada com instituições públicas, tendo sido mencionado a experiência no estado do Amazonas onde empresas privadas colocam recursos dentro de um arranjo público, bem como a atuação da FINEP. Finalizou ressaltando que por ora essa Comissão não conseguiu avançar significativamente.

Francisco Gaetani (MMA) argumentou não haver necessidade das Comissões alcançarem um consenso, podendo eventuais diferenças de visões serem submetidas ao COFA. Também argumentou que, no caso do setor privado, o objetivo deveria ser fundamentalmente apoiá-lo por meio do Sistema Nacional de Inovação, citando, como exemplos a Mobilização Empresarial pela Inovação da CNI e as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa. Em seguida, Francisco Gaetani (MMA) reiterou que todos os integrantes das Comissões devem trazer suas contribuições para que na próxima reunião do COFA haja a deliberação sobre a



proposta de alteração do Decreto nº 6.527 a ser submetido à Presidência da República.

Em seguida Gabriel Visconti (BNDES) apresentou o balanço periódico do Fundo Amazônia. Informou que os destaques de 2015 foram as novas aprovações, as novas captações de recursos e a participação do Fundo Amazônia em eventos internacionais. No tocante às aprovações, apresentou slide elencando aquelas ocorridas em 2015, com destaque para a conclusão da Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis; para a aprovação dos três primeiros projetos no âmbito da Chamada Pública de Apoio à Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas; do apoio ao Terceiro Setor, com os projetos do povo Ashaninka, do Imazon e a suplementações do apoio ao MUSA e ao RECA; e a aprovação de dois projetos junto à União Federal, o da Força Nacional e o do Censipam. Com isso, continuou, até meados de dezembro de 2015, o Fundo Amazônia havia aprovado 79 projetos, com R\$ 1,2 bilhão de apoio financeiro. Mencionou que segundo a natureza do proponente os estados hoje representam aproximadamente 44% do total de recursos aprovados, o Terceiro Setor 32%, a União 20%, o projeto internacional (OTCA) 2%, os Municípios 1% e as Universidades 1%.

Em seguida, Gabriel Visconti (BNDES) apresentou gráfico com as aprovações e desembolsos acumulados desde o início do Fundo Amazônia, concluindo que a performance do Fundo Amazônia é bastante positiva. Destacou que em 2014 ocorreu um aumento expressivo dos desembolsos e que em 2015, a despeito de alguns problemas já destacados na última reunião do COFA, os desembolsos se mantiveram em um bom patamar.

Gabriel Visconti (BNDES) apresentou, também, um quadro com o grau de execução dos projetos segundo a natureza jurídica do beneficiário, no qual pode ser verificado, segundo uma ordem crescente de grau de execução, que os projetos com menor índice de execução são os projetos da União, seguidos pelos projetos dos estados, do Terceiro Setor, das Universidades, dos Municípios e por fim pelo projeto internacional com a OTCA, que apresenta a melhor relação entre o percentual do financeiro executado pelo prazo médio transcorrido ponderado. Gabriel Visconti (BNDES) informou que a equipe do Fundo Amazônia está trabalhando junto aos beneficiários, de modo a fazer com que ao longo de 2016 se consiga reverter as situações de baixa performance.

Francisco Gaetani (MMA) mencionou que, dado o baixo desempenho dos projetos dos órgãos da União, ele e o Diretor Henrique Paim (BNDES) programaram uma reunião para o próximo mês de janeiro com os principais responsáveis por estes projetos: INPE, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, Serviço Florestal Brasileiro e Departamento da Força Nacional de Segurança Pública para o encaminhamento de soluções. Além disso, informou que foi iniciada uma discussão envolvendo o MMA e o BNDES e que será estendida aos doadores, a respeito da adicionalidade dos projetos, pois o Governo



Federal e os Estados enfrentam uma situação crítica, no que diz respeito aos custos relacionados à fiscalização, que é um tema estratégico no combate ao desmatamento. Informou que espera trazer ao COFA uma proposta mais objetiva em relação a esse tema, sem prejuízo do esforço que está sendo feito para a melhoria do desempenho do Fundo Amazônia.

Gabriel Visconti (BNDES) passou a discorrer sobre a captação de recursos para o Fundo Amazônia. Mencionou o novo anúncio do governo norueguês em relação ao governo brasileiro de doações adicionais de US\$ 600 milhões até 2020, além do US\$ 1 bilhão de dólares já contratados; e o novo apoio do governo da Alemanha, de EUR 100 milhões também até 2020, anunciado em agosto último.

Gabriel Visconti (BNDES) ressaltou que a continuidade do apoio será fundamental para a continuidade dos projetos que hoje estão na carteira do Fundo Amazônia, mas também para o apoio a novos projetos. Destacou, por fim, que a escassez de recursos, portanto, não deve vir a ser um empecilho para o desempenho do Fundo Amazônia.

Com relação a eventos internacionais, informou que ele, o Secretário Francisco Gaetani (MMA) e o Diretor Henrique Paim (BNDES) estiveram em Oslo e na Alemanha em missões de aproximação com esses governos e de captação de novos recursos para o Fundo Amazônia. Destacou que as visitas foram muito importantes para dar início ao processo de continuidade da parceria como governo alemão e com o governo norueguês.

Informou também que no último mês de outubro ocorreu o seminário “Amazon Day”, em Londres, que reuniu representantes dos governos brasileiro, alemão, inglês e norueguês, além do setor privado e o Terceiro Setor. Em relação à COP21, informou que foi montado um estande próprio, que serviu para a disseminação de informações a respeito do Fundo Amazônia e do sucesso brasileiro na redução do desmatamento. Relatou, ainda, que foi organizado um evento específico do Fundo Amazônia no Global Landscape Forum, com apoio da GIZ, que foi bastante exitoso, tendo culminado com a participação de Juliana Santiago, Chefe do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia, no evento de fechamento desse fórum internacional. Concluiu mencionando que o Fundo Amazônia é hoje reconhecido como um dos principais instrumentos de REDD+ do mundo, não obstante haver ainda um longo caminho a ser percorrido,.

Mário Augusto de Campos Cardoso (CNI) lembrou que em menos de seis meses, até maio próximo, se esgotará o prazo para a conclusão do Cadastro Ambiental Rural. Assim, por uma questão de transparência, solicitou que na próxima reunião do COFA sejam apresentados os índices de desempenho individualizados dos projetos de CAR apoiados pelo Fundo Amazônia, permitindo avançar na discussão do que está sendo feito, bem como expor os problemas a serem resolvidos.



Francisco Gaetani (MMA) concordou que seria importante mostrar um relato mais detalhado do status da evolução do CAR, como tem sido feito em outras reuniões passadas, e orientou que se realizasse o relato na próxima reunião do COFA. Saliou que a preocupação principal é com os pequenos produtores, que precisam de um suporte diferenciado. Concordou, ainda, haver o risco de o prazo para implantação se esgotar com gargalos ainda por serem resolvidos. Disse ser impossível prever se haverá prorrogação do prazo por iniciativa do Congresso Nacional, mas que o interesse do Executivo é no sentido de acelerar a implementação do CAR.

Antoninho Rovaris (CONTAG) manifestou sua preocupação com o tema do CAR, salientando a urgência da adoção de medidas para assegurar sua implantação no curto prazo, lembrando que, como mencionado, o prazo para implantação se esgotará em maio. Afirmou não ter certeza se o COFA seria o fórum adequado para essa discussão, mas afirmou que, desde a prorrogação do prazo deliberada em 2015, o ritmo de implantação se reduziu significativamente. Comentou haver incertezas entre os produtores quanto à eventual nova prorrogação do prazo, e mesmo sobre o cancelamento da obrigatoriedade do CAR. Opinou, ainda, que os recursos disponibilizados para a implantação do CAR são insuficientes. Finalizou recomendando que o MMA busque alternativas para o adequado encaminhamento do problema.

Francisco Gaetani (MMA) agradeceu o comentário de Antoninho Rovaris (CONTAG) e concordou que existe o dilema da prorrogação ou não do prazo para implantação do CAR. Mencionou haver diversos projetos de implantação de CAR apoiados pelo Fundo Amazônia, assim como outras iniciativas do MMA nesse sentido. Convidou a CONTAG a discutir o assunto com o MMA e outros parceiros no início de 2016 para definir uma estratégia visando a acelerar a implantação do CAR. Ressaltou que novas ações no âmbito do Fundo Amazônia não repercutiriam imediatamente, dessa forma seria necessário agir em outras frentes de modo a ver o que emergencialmente se poderia fazer e localizar onde estão as maiores dificuldades.

Continuando, Francisco Gaetani (MMA) ressaltou que o Cadastro Ambiental Rural tem sido exigido por diversos agentes da economia brasileira, o que é um bom sinal, mas que o desafio mesmo é a conclusão da sua implementação em todo território nacional. Frisou que o Governo Federal tem procurando trabalhar o CAR em uma perspectiva de desenvolvimento, e não uma perspectiva de punição, mas que tem se observado em alguns casos a ocorrência de fraudes e tentativas de burlar o sistema, porque existe uma preocupação em relação à fiscalização de supressão de vegetação por parte do Ibama. Por fim, reiterou o convite para um trabalho conjunto para a solução desses problemas.

Antônio Stroski (AM) referiu-se à questão da adicionalidade e ao aumento nos registros das ocorrências de queimadas no ano de 2015. Lembrou que o cenário para 2016, com a previsão de *El Niño* mais acentuado, é ainda mais pessimista, inclusive por ter havido aumento recente de queimadas em pequenas propriedades.



Lembrou que os estados passam por graves dificuldades financeiras e conclui haver a necessidade de se rediscutir a questão da adicionalidade.

Francisco Gaetani (MMA) declarou compartilhar da preocupação com a situação do incremento na ocorrência de queimadas num contexto de escassez de recursos, mas que essa discussão sobre adicionalidade precisa ser tratada com cuidado, junto aos doadores e ao próprio COFA, sob pena de se colocar em risco a credibilidade da atuação do Fundo Amazônia. Entretanto, reafirmou a centralidade para um fundo de REDD+, como é o caso do Fundo Amazônia, do combate ao desmatamento e, portanto, o acesso de recursos pelos estados para fiscalização e controle de queimadas.

Elaine Corsini (MT) lembrou que o estado do Mato Grosso não tem nenhum projeto de implantação de CAR no Fundo Amazônia, embora seja o estado com maior área cadastrada. Disse, também, que a preocupação com o CAR não se esgota na inscrição, sendo necessário cuidar da validação e das etapas subsequentes, ou seja, é necessário pensar no sistema de forma integrada, inclusive para evitar a duplicação de esforços. Por fim, Elaine Corsini (MT) indagou se os recursos oriundos das novas captações teriam normas de aplicação diferenciadas em relação às atualmente vigentes no Fundo Amazônia.

Francisco Gaetani (MMA) respondeu que há intenção de eventualmente haver modificações na forma de atuação do Fundo Amazônia, mas não em decorrência das novas captações. Esclareceu que as Comissões criadas pelo COFA mencionadas anteriormente (Cerrado, Municípios, Sul-Sul e setor privado) devem subsidiar o COFA com sugestões de modificação do Decreto nº 6.527, que deverão ser pactuadas com os doadores. Mencionou que é possível que dentre essas sugestões haja um detalhamento maior de percentuais específicos de destinação de recursos a determinados temas, todavia levando em consideração as características básicas do Fundo Amazônia.

Gabriel Visconti (BNDES) ressaltou que todos estão empenhados na melhoria do desempenho dos projetos e também atentos ao contexto de escassez de recursos dos estados. Aludiu, também, à sugestão de Mário Cardoso (CNI), de relato detalhado sobre o desempenho de execução dos projetos dos estados, e argumentou que dada a variedade de naturezas e periodicidades desses projetos, talvez fosse mais interessante trazer esse relato mais restrito ao desempenho de projetos dos estados para implementação do CAR.



Antoninho Rovaris (CONTAG) apoiou essa proposta, dada a iminência do fim do prazo para a implantação do CAR.

Gabriel Visconti (BNDES) acrescentou que todos os projetos estão apresentados de forma muito detalhada no *site* do Fundo Amazônia, embora não haja uma apresentação comparativa entre eles.

Francisco Gaetani (MMA) reconheceu que o BNDES tem feito um esforço para reduzir prazos e simplificar procedimentos, tendo produzido bons resultados. Ponderou, também, que o governo tem problemas na implementação de projetos, a nível federal e estadual, e que apenas a alocação de mais recursos da mesma forma com que tem sido alocados, não irá resolver esses problemas. Acrescentou que há em geral um dilema entre *accountability* e eficiência, e que não adianta ter mais eficiência na implementação, se persistem os problemas de *accountability*. O desafio, prosseguiu Francisco Gaetani (MMA), é encontrar uma forma de acelerar a implementação pelos órgãos estatais, de criar alguma instância de apoio, sem que isso prejudique o protagonismo dos estados e da União. Há tratativas com a GIZ, com a Caixa Econômica e com o próprio BNDES de se buscar consultoria para o apoio à gestão de compras e contratos, como a elaboração de editais, termos de referências, gerenciamento de contratos e monitoramento da implementação dos projetos.

Magaly Medeiros (AC) mencionou que o Acre tem dois projetos no Fundo Amazônia. O projeto de valorização do ativo ambiental foi um dos primeiros a serem aprovados, e até por ter sido um dos primeiros, demorou na sua execução, apesar de estar melhor do que alguns projetos dos outros estados. Já o projeto do CAR tem boa execução e já consolidou resultados relevantes, tendo sido um dos projetos apresentados na Conferência do Clima - COP 21. Ressaltou que há uma dinâmica própria dos projetos dos estados, em função das prioridades que vão se apresentando ao longo do tempo para as administrações estaduais. Informou que o projeto de CAR no Acre deve ser concluído até maio, mas que haverá uma continuidade, pois o CAR no estado do Acre não termina no cadastro em si e vai além do Sicar - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. Pontuou que o Fundo Amazônia pode colaborar muito para o alcance gradativo do desmatamento legal zero, compromisso assumido durante a COP 21. Concluiu colocando o estado do Acre à disposição para pensar conjuntamente e contribuir para novos arranjos e mecanismos com o olhar do dia a dia, visando dar maior eficiência ao Fundo Amazônia e contribuir para reduções contínuas de desmatamento em todos os estados.



Gabriel Lui (MMA) reconheceu que o CAR não termina no dia 5 de maio de 2016, mas apenas a fase de inscrição no Cadastro Ambiental Rural; depois disso há todas as fases de validação e implementação do Código Florestal que são muito mais amplas do que isso. Por esse motivo, continuou, as próximas fases de implementação do Código Florestal são prioridade no âmbito do Fundo, como é consenso no MMA, BNDES e no COFA.

3. Informes

a) Relato do MMA sobre a nova Estratégia Nacional para REDD+

Letícia Guimarães (MMA) informou que a Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil (ENREDD+) faz parte de um processo iniciado em 2010 capitaneado majoritariamente pelos estados da Amazônia brasileira. Acrescentou que a partir de 2011 foram criados grupos de trabalho com vários setores da sociedade para discutir os temas relativos às questões institucionais, aos aspectos financeiros e à implementação das ações no território. Um dos principais encaminhamentos dessa fase foi recomendar a criação de um grupo de trabalho específico no Governo Federal para elaboração da ENREDD+, o que aconteceu no início de 2012.

Informou também que esse grupo trabalhou por dois anos no desenvolvimento da ENREDD+, em paralelo às negociações internacionais de REDD+ no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Mencionou que em 2013 houve um marco importante na UNFCCC no tema: o marco de Varsóvia para REDD+. Pontuou que, no início de 2014, o grupo interministerial encaminhou a estratégia desenvolvida ao Comitê Interministerial de Mudança do Clima (CIMC), que deliberou que o melhor instrumento para sua aprovação seria por meio de um decreto. Desse modo, foi elaborada a minuta de decreto para deliberação dos Ministérios que compõem a CIMC, e antes da Conferência de Paris (UNFCCC COP21) foi promulgado o Decreto nº 8,576/2015, que dá atribuição à Ministra do Meio Ambiente para aprovação de portaria que efetivamente instaura a ENREDD+.

Letícia Guimarães (MMA) complementou que objetivo geral da estratégia nacional é contribuir para a mitigação da mudança do clima, por meio da eliminação do desmatamento ilegal, da conservação e recuperação dos ecossistemas florestais e do desenvolvimento de uma economia florestal sustentável de baixo carbono que produza benefícios econômicos, sociais e ambientais.



Informou também que a ENREDD+ tem três objetivos específicos, quais sejam: i) aprimorar o monitoramento e análise de impacto de políticas públicas para o alcance dos resultados de REDD+, ii) promover a convergência entre as políticas de mudança do clima, de biodiversidade e de florestas nos níveis federal, estadual e municipal e iii) contribuir para a mobilização de recursos internacionais em escala.

Explicou também que o conjunto de políticas públicas para implementação de REDD+ para o Brasil continua sendo o mesmo e que a ENREDD+ vem agregar e não substituir as políticas existentes, pois no nível estratégico há a política nacional sobre a mudança do clima e o código florestal que são os grandes marcos orientadores. No nível tático e operacional há o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e os planos de ação nos biomas que continuam sendo os principais instrumentos para orientação das ações no chão. Com relação aos instrumentos financeiros, lembrou que o Fundo Amazônia é o principal instrumento especificamente de REDD+, o que não impede que outros fundos e outros atores passem também a receber pagamentos por resultados para aumentar as ações de captação de recursos.

Letícia comentou ainda sobre a estrutura de governança. Mencionou que o Brasil passou a ter os seus resultados de REDD+ reconhecidos no âmbito do Marco de Varsóvia e seus dados estão inseridos no registro da UNFCCC, o que viabiliza a captação de recursos dentro da estrutura formal da convenção.

Com relação às potenciais fontes de recurso, destacou que se espera que o Fundo Verde para o Clima (GCF) desempenhe papel central no desembolso de pagamento por resultados. Letícia Guimarães (MMA) ressaltou ainda que foi criado pelo MMA, em janeiro de 2014, um grupo de trabalho técnico sobre REDD+ composto por representantes do INPE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, entre outros, com a função principal de mensurar a redução do desmatamento em termos de carbono.

Segundo Letícia Guimarães (MMA), o principal trunfo da estratégia nacional é criar uma estrutura de governança que viabilize uma participação mais efetiva e institucional das partes interessadas e possibilite um esforço coordenado de captação e distribuição dos recursos.

A seguir Letícia Guimarães (MMA) passou a apresentar a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal -



REDD+. Informou que o Ministério do Meio Ambiente exerce permanentemente a presidência da comissão também atuando como sua secretaria executiva. Mencionou a participação dos demais membros: MRE, MAPA, MDA, Ministério da Fazenda, MCTI, Casa Civil, e Secretaria de Governo da Presidência da República, além de dois representantes da sociedade civil, dois representantes dos governos estaduais e um dos governos municipais.

Letícia Guimarães (MMA) destacou que a implementação do REDD+ pelo Brasil é calcada em três eixos, sendo o primeiro a mensuração de impacto, relato e verificação, para o qual o Brasil já submeteu seu nível de referência e já obteve a chancela da UNFCCC pelos resultados de redução de emissão pelo desmatamento na Amazônia entre 2006 e 2010. Acrescentou que os novos resultados referentes aos anos de 2010 a 2015 devem ser apresentados até o final do ano, assim como também há o compromisso de apresentar uma análise dos dados de degradação florestal para Amazônia e também do desmatamento no cerrado.

Informou que os outros eixos de implementação do REDD no Brasil são, respectivamente, a articulação das políticas públicas e das salvaguardas socioambientais, e a questão da captação e distribuição de recursos, os critérios, as diretrizes e os princípios que serão definidos pela comissão nacional. Letícia Guimarães (MMA) ressaltou que a página na internet do Ministério do Meio Ambiente está atualizada com todas as informações disponíveis sobre o tema REDD+.

Francisco Gaetani (MMA) informou que tanto o Decreto nº 8.576/2015 quanto a Portaria MMA nº 370/2015 saíram às vésperas da COP 21 de Paris e lembrou que os resultados do desmatamento passarão por auditoria internacional, e ainda, que a participação dos estados vai ser objeto de uma discussão específica para potencializar a captação de recursos tanto para o país como para os estados. Abriu para perguntas e considerações dos representantes do COFA.

Antonio Stroski (AM) iniciou suas considerações se colocando como porta-voz do Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal. Manifestou sua preocupação com a representação dos estados na Comissão Nacional para REDD+ e informou que os estados encaminharam à Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema) uma reivindicação de paridade na representação dos Estados nessa comissão.



Francisco Gaetani (MMA) disse que a sociedade civil também se manifestou de forma semelhante em relação à composição da comissão e que os encaminhamentos serão recepcionados e analisados pelo Governo Federal.

Elaine Corsini (MT) lembrou que, de acordo com o Código Florestal, será necessário integrar as legislações sobre REDD+, como as já existentes nos estados de Mato Grosso, Acre e Amazonas e indagou como se dará essa integração com o novo Decreto Federal.

Letícia Guimarães (MMA) respondeu que o Governo Federal tem ciência das legislações já existentes e que existem alguns pontos claros de divergência. Um deles, por exemplo, diz respeito ao uso de REDD+ para *offset*, que é a possibilidade de usar os resultados de um país para compensar as emissões de outro, que o Governo Federal sempre foi contra, por uma questão de integridade ambiental e para garantir que o objetivo de mitigação da mudança do clima enquanto objetivo global fosse alcançado. Informou ainda que existem outras questões de integração e que há a ideia de criar uma câmara temática específica sobre o pacto federativo para que todos participem efetivamente.

Magaly Medeiros (AC) sugeriu que seria importante analisar quais são os pontos que possibilitam potencializar as ações dos estados e do Governo Federal, pois o objetivo último é reduzir as emissões de gases de efeito estufa e conseguir que os projetos e os planos de ação sejam implementados.

Luzimeire Ribeiro (TO) comentou que seria importante considerar o que os estados vêm fazendo em relação à legislação e as ações de REDD+ em curso. Afirmou que esse é o momento de construir algo que realmente resulte em ações efetivas e certeiras no futuro próximo.

Elaine Corsini (MT) lembrou que as legislações estaduais foram construídas com base na legislação federal, como por exemplo o Código Florestal, que no seu artigo 41 trata de REDD+. Complementou que os estados não fizeram nada que não tivesse previsão na legislação federal, sendo então necessário se pensar em como integrar essas legislações.

Letícia Guimarães (MMA) lembrou que um dos objetivos da ENREDD+ é exatamente a integração das diferentes políticas do clima, de biodiversidade e de florestas nos diferentes níveis. Solicitou, entretanto, cautela para que todos os parceiros estejam na mesa para trazer essas questões, discutir e negociar.



Francisco Gaetani (MMA) sugeriu à Letícia que se reúna com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema) para avançar nessas questões e recomendou que os estados usem com mais intensidade o Fundo Amazônia, que é um instrumento já consagrado, já estabelecido e com credibilidade.

b) Relatos sobre a COP 21 UNFCCC em Paris

Letícia Guimarães (MMA) relatou que durante a COP 21 foram adotadas três decisões importantes sobre REDD+ no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), quais sejam: i) sumário de salvaguardas, ii) benefícios de não-carbono e iii) abordagens alternativas ao pagamento por resultado. Com a adoção dessas últimas decisões, REDD+ enquanto ponto de agenda para negociações internacionais é oficialmente fechado e não existem mais negociações sobre REDD+ perante a UNFCCC, passando-se então à implementação do Marco de Varsóvia para REDD+.

Informou também que a adoção do Acordo de Paris foi um marco significativo perante a UNFCCC, pois representa o fim de um mandato que foi dado pela plataforma de Durban e o início de um novo regime a partir de 2020, onde todos os países têm alguma responsabilidade tanto em termos de mitigação, como em adaptação, diferente do que havia antes em Kyoto onde toda a responsabilidade de metas para mitigação e para financiamento recaía sobre os países do chamado Anexo 1. Ressaltou que um dos grandes objetivos alcançados no novo acordo é a definição de manter o aumento da temperatura menor do que dois graus Celsius, comparado com os níveis históricos pré-industriais, porque anteriormente falava-se em volume global de emissões, e não se associava a isso a questão da temperatura que é fundamental quando se trata de mudança do clima.

Letícia Guimarães (MMA) relatou que, com relação à mitigação, os esforços são nacionalmente determinados e que o Brasil e outros 180 países no mundo também apresentaram suas respectivas iNDCs. Nesse contexto, explicou que os países desenvolvidos têm como obrigação apresentar iNDC com metas absolutas e países em desenvolvimento devem com o passar do tempo tentar estabelecer metas absolutas. Informou ainda que o Brasil foi o único país em desenvolvimento (com exceção do Gabão que não considerou emissões florestais) a apresentar uma meta absoluta de redução de emissões, o que foi reconhecido perante a convenção como um grande passo.

Destacou que foi incorporado pelo acordo a proposta brasileira de nova diferenciação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento por meio da



adoção de círculos concêntricos com níveis diferenciados de políticas e ambições, em que os países ao longo do tempo chegariam ao centro do círculo com metas absolutas. Destacou ainda o papel relevante assumido nessa negociação pela Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira.

Com relação ao REDD+, Letícia Guimarães (MMA) citou que no acordo há um artigo específico sobre esse tema (artigo quinto, parágrafo 2º) que encoraja a implementação de ações para redução de emissões do desmatamento e da degradação florestal, em especial por meio de pagamentos por resultados. Ressaltou que essa foi uma grande vitória, pois são poucos os países que já estão preparados para receber esses pagamentos.

Relatou também que outra questão fundamental integrante do acordo é a adaptação à mudança climática, afirmando que em Paris foi reconhecida a meta global de se chegar a uma maior resiliência por meio dos planos nacionais de adaptação. Adicionalmente, prosseguiu Letícia Guimarães (MMA), está previsto um momento para analisar os relatórios de todos os países com o objetivo de entender quais esforços já foram implementados e como esses contribuíram para a meta de manter o aumento da temperatura nos níveis aceitáveis, sendo que essa reflexão será utilizada como subsídio para analisar o que mais pode ser feito.

Em seguida Letícia Guimarães (MMA) informou que para os países desenvolvidos há a obrigação de provimento de recursos financeiros para questões de clima e um incentivo para que outros países voluntariamente façam suas contribuições. Lembrou que a cooperação Sul-Sul, presente na INDC do Brasil, é um dos instrumentos a partir do qual países como o Brasil podem cumprir com esse quesito de voluntariamente ajudar outros países que estão em situação mais vulnerável.

Informou também que foi criada uma estrutura de transparência robusta com metodologias e critérios para que sejam divulgadas informações sobre os resultados dos compromissos assumidos por cada um dos países. Ressaltou que o Brasil vai enfrentar muita cobrança sobre a transparência dos seus resultados e também do uso de recursos.

Completando seu relato, Letícia Guimarães (MMA) apresentou os aspectos legais e institucionais regulamentados no acordo. Informou que há um mecanismo de cumprimento (“compliance”) transparente e não punitivo que irá acompanhar como cada país determina a sua meta. Pontuou que a cada cinco anos serão apresentadas novas metas e que a tendência é que essas sejam mais ambiciosas.



Ressaltou que o novo acordo entra em vigor quando 55 países que somem pelo menos 55% do total de emissões o tenham assinado. Finalmente, com relação ao Fundo Amazônia enquanto instrumento de recebimento de pagamentos por resultados, ratifica que o Acordo de Paris reforça a importância do provimento de pagamento de resultados de forma adequada e previsível. O parágrafo 55 relativo ao financiamento também estabelece que a meta de 100 milhões até 2020 que antes era voluntária, agora está no acordo, o que é um grande avanço.

Em seguida, Gabriel Visconti (BNDES) relatou sua participação na COP 21 enquanto Superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES. Informou que participou de diversos eventos sobre temas como energia e florestas e que os três assuntos principais que permearam todas as discussões eram financiamento, tecnologia e engajamento do setor privado. Como exemplo, relatou sua participação em um grande evento sobre florestas na LPAA (Lima-Paris Action Agenda), com participação da Ministra Izabella Teixeira e com o ex-diretor do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Gilberto Câmara.

Destacou que em diversos fóruns o Brasil foi bastante elogiado e que mesmo com todas as dificuldades que o país enfrenta, a agenda ambiental ainda se destaca positivamente. Mencionou também que os negociadores brasileiros foram elogiados por sua elevada capacidade técnica.

Magaly Medeiros (Acre) relatou que o Estado do Acre promoveu o evento durante a COP 21 chamado “Dia do Acre” que contou com a presença do Secretário Carlos Klink (MMA) e de todos os estados da Amazônia legal. Durante o encontro foi firmado o compromisso de desmatamento ilegal zero até 2020, se possível até 2018 dentro do mandato do atual governador Tião Viana.

Informou ainda que o desmatamento foi reduzido em 10% relativo ao período de agosto de 2014 para 2015, resultado da implantação do Cadastro Ambiental Rural no estado e também com a instalação de uma força tarefa integrando os esforços do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ibama, estado do Acre e sociedade civil. Finalizou pedindo esclarecimentos sobre a questão do financiamento das estratégias de combate ao desmatamento, especificamente sobre o acesso ao Fundo Verde para o Clima (GCF).

Francisco Gaetani (MMA) respondeu que há um conjunto de instituições brasileiras pleiteando credenciamento no GCF, dentre as quais o BNDES, que ainda não lograram êxito neste processo. Informou que há, no âmbito do GCF, uma discussão sobre a priorização de empréstimos versus doações. Sugeriu convidar para a



próxima reunião do COFA representante do Ministério da Fazenda para fazer uma apresentação sobre essas questões relacionadas ao GCF.

Luzimeire Carreira (TO) relatou que o estado do Tocantins tem uma política florestal em vias de ser aprovada pela Assembleia, inclusive com a criação de um fundo focado na restauração florestal e que o GCF poderia ser uma fonte importante para financiar essa atividade. Informou que o estado participou de um painel na COP 21 onde foi relatada a experiência do Tocantins na construção de pequenas barragens no sudeste do Estado, que vem sofrendo com a seca. Por fim, Luzimeire Carreira (TO) destacou o engajamento dos governadores da Amazônia Legal na COP 21, o que traz um cenário otimista e promissor para fortalecer a agenda ambiental.

Elaine Corsini (MT) começou seu relato informando que apesar do estado de Mato Grosso ter trabalhado desde o início do ano na fiscalização, inclusive em parceria com MMA, ocorreu um aumento do desmatamento no estado. Informou que em Mato Grosso houve uma dissociação entre o desmatamento e a produção, por meio de uma estratégia chamada de “Mato Grosso - produzir, conservar e incluir”, do qual faz parte o setor privado, as ONGs e o governo com cinco secretarias.

Informou, ainda, que durante a COP 21 o governador Pedro Taques apresentou como metas para 2030: i) a recuperação de seis milhões de hectares de áreas abertas de baixo rendimento, sendo três milhões de hectares para a agricultura de alta produtividade, 2,5 milhões hectares para pecuária, e 500 mil hectares para floresta plantada e ii) ampliação do manejo florestal de 2,8 milhões de hectares para seis milhões de hectares. Disse também que outra meta pactuada com o Governo Federal prevê a eliminação do desmatamento ilegal até 2020 e a conservação de um milhão de hectares de área passível de desmatamento. Também foram estabelecidas metas de recomposição de áreas de reserva legal no estado de 1,9 milhões hectares e recomposição de áreas de preservação permanente (APP) de um milhão de hectares, ou seja, um total de 2,9 milhões de hectares a serem recuperados, bem como manter 60% da área do estado com vegetação nativa, nos três biomas.

Elaine Corsini (MT) mencionou também a intenção de finalizar e fazer a validação do CAR, o Programa de Regularização Ambiental - PRA, a recomposição e a compensação até 2018 e ressaltou que o governador enfatizou a parceria da iniciativa privada para alcançar esses objetivos.

Letícia Guimarães (MMA) fez uma complementação de informações sobre o GCF. Disse que a decisão de Varsóvia já coloca o GCF com papel central no pagamento



por resultados em REDD+ e que foi dada urgência a esse tema na COP 21. Ressaltou que a articulação com o Fundo Amazônia será fundamental, pois há poucas experiências práticas de como efetivamente transferir recursos de pagamento por resultados para outros países.

Esclareceu ainda que 50% dos recursos do GCF são para mitigação e 50% para adaptação e, desses 50% voltados para adaptação, pelo menos metade é destinado para países de menor capacidade e pequenas ilhas. No que tange o pagamento por resultados, informou que o Brasil tem uma maior chance de captar recursos, pois é o único país que tem seus resultados reconhecidos pela UNFCCC. Por fim, informou que as instituições públicas do Brasil que estão pleiteando credenciamento são o BNDES e a Caixa Econômica Federal.

Magaly Medeiros (AC) disse que é oportuno ter um diálogo mais próximo com o Ministério da Fazenda já que alguns representantes de outros países já acessaram recursos do GCF, como por exemplo, o banco alemão de desenvolvimento KfW. Destacou ainda que seria importante ter um planejamento para captar recursos tanto de mitigação quanto de adaptação.

Antonio Stroski (AM) informou que o governador do Estado do Amazonas prestigiou o evento dos outros estados e também agendou diversas reuniões durante a COP 21. Informou ainda que o governador tem com prioridades a piscicultura e as concessões florestais estaduais.

Maria Gertrudes Oliveira (PA) relatou que, durante a COP 21, o Estado do Pará apresentou um portal de transparência onde são disponibilizadas informações de georreferenciamento, planos de manejo e o acompanhamento da comercialização de madeira no Estado.

Rafik Saab (FNBF) fez um comentário sobre os compromissos de zerar o desmatamento até 2020. Disse ser necessário ter mais incentivos para o plantio de espécies nativas nas áreas degradadas, com auxílio do governo, e que o setor privado está carente de um compromisso maior do governo para com o setor de base florestal. Afirmou que o desmatamento zero só será alcançado se o setor privado atuar junto com os governos.

Francisco Gaetani (MMA) teceu alguns comentários finais. Afirmou que o MMA tem interesse de trabalhar de forma construtiva com todos os estados. Destacou que há um grau bastante elevado de monitoramento internacional sobre a Amazônia.



Elogiou o amadurecimento institucional dos estados e do MMA observado ao longo dos anos e ressaltou o momento muito positivo do Fundo Amazônia.

Henrique Paim (BNDES) também agradeceu a participação de todos e cumprimentou o MMA pelo resultado positivo da COP 21. Informou que foi concluído o primeiro ciclo de doações realizadas pelo governo da Noruega ao Fundo Amazônia e que há perspectivas de novas doações tanto da Noruega quanto da Alemanha, o que significa um reconhecimento importante dos resultados alcançados pelo Fundo Amazônia.

Destacou, por fim, que o conjunto de desafios relacionados à execução dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia será vencido com o apoio do MMA e a participação dos demais parceiros, bem como manifestou contar com o apoio do COFA nessa nova etapa do Fundo Amazônia a se iniciar a partir de um novo ciclo de doações.

4. Encerramento

Francisco Gaetani (MMA) tomou a palavra, agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião.

5. Membros do COFA presentes à reunião: (titulares, suplentes ou representantes substitutos)

Ministério do Meio Ambiente

Francisco Gaetani (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

José Henrique Paim (titular)

Gabriel Rangel Visconti (suplente)

Estado do Acre

Magaly Medeiros (suplente)

Estado do Amazonas

Antonio Ademir Stroski (titular)

Estado do Maranhão

Marcelo de Araújo Costa Coelho (titular)

Estado do Mato Grosso

Elaine Corsini (representante)

**Estado do Pará**

Luiz Fernandes Rocha (titular)

Estado do Tocantins

Luzimeire Ribeiro de Moura Carreira (titular)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS

João Bosco dos Santos (titular)

Confederação Nacional da Indústria – CNI

Mário Augusto de Campos Cardoso (titular)

Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal - FNABF

Rafik Hussein Saab Filho (representante)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG

Antoninho Rovaris (titular)

12. Representantes que não compareceram

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Ministério das Relações Exteriores

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Casa Civil da Presidência da República

Estado do Amapá

Estado de Rondônia

Estado de Roraima

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

13. Especialistas, convidados e observadores

Externos	
Representação	Nome
Embaixada da Noruega	Anahita Yousefi
KfW	Carsten Sandhop
MMA	Gabriel Henrique Lui
MMA	Letícia Guimarães
GIZ	Annemieke Alberts
GIZ	Heliandro Maia
GIZ	Bernardo Anache
BNDES	Daniela Baccas
BNDES	Ângela Skaf
BNDES	Bernardo Braune
BNDES	Daniel Soeiro
BNDES	Claudia Nessi
BNDES	Rodrigo Brito
BNDES	André Ferro
BNDES	Marcelo Martins
BNDES	Caroline Sardenberg
BNDES	Juliana Alvim
BNDES	Fábio Plotkowski
BNDES	Márcio Onodera
BNDES	Ana Paula Silva
BNDES	Adriana Nazaré
BNDES	Eduardo Bizzo
BNDES	Eduardo Sá
BNDES	Gabriel Areal